



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



251) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis

- a) somente aos brasileiros natos e naturalizados.
- b) somente aos brasileiros natos.
- c) aos brasileiros e aos estrangeiros, na forma da lei.
- d) aos brasileiros naturalizados.

RESPOSTA: C.

252) Pelo sistema eleitoral majoritário, por maioria absoluta dos votos, são eleitos

- a) os senadores
- b) os deputados federais e estaduais.
- c) o presidente da República e os governadores dos estados.
- d) os prefeitos e vereadores.

RESPOSTA: C.

254) Segundo as atuais regras de imunidade parlamentar, não poderá ser preso,

- a) desde a expedição do diploma, o senador, salvo em flagrante delito de crime inafiançável.
- b) desde a posse, o deputado federal, salvo em flagrante delito.
- c) desde a expedição do diploma, o deputado estadual, salvo em flagrante delito.
- d) desde a posse, o vereador, salvo em flagrante delito praticado na circunscrição do respectivo município.

RESPOSTA: A.

255) O Presidente da República é julgado

- a) pelo Senado em crime de responsabilidade e pelo Tribunal Regional Federal de Brasília por crime comum.
- b) sempre pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) pelo Supremo Tribunal Federal em qualquer crime, mas no caso de responsabilidade o STF deve ser presidido pelo presidente do Senado.
- d) pelo Supremo Tribunal Federal em crime comum e pelo Senado em crime de responsabilidade.

RESPOSTA: D.

256) A fixação dos subsídios dos deputados federais

- a) é da competência concorrente da Câmara dos Deputados e do Senado
- b) é da competência da Câmara dos Deputados
- c) é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- d) depende de iniciativa privada do Congresso Nacional.

RESPOSTA: C

257) A Constituição Federal não impõe, ao município, a obrigatoriedade de

- a) estabelecer plano diretor para a cidade com mais de vinte mil habitantes.
- b) promulgar lei orgânica, observando-se os princípios contidos nas Constituições Federais e do respectivo Estado.
- c) criar Defensoria Pública no âmbito municipal.
- d) limitar despesa com pessoal da Câmara Municipal.

RESPOSTA: C

258) São considerados princípios institucionais do Ministério Público

- a) moralidade e independência funcional.
- b) inamovibilidade, irredutibilidade de salários e vitaliciedade.
- c) indivisibilidade e independência funcional.
- d) independência funcional e probidade administrativa.

RESPOSTA: C.

259) O tempo de duração do estado de defesa é de

- a) trinta dias, admitida uma prorrogação.
- b) até trinta dias, podendo ser renovado por uma única vez
- c) até trinta dias, podendo ser renovado de acordo com as necessidades ditadas pela situação de crise, até o limite máximo de três vezes.
- d) trinta dias.

RESPOSTA: B

260) O município está constitucionalmente autorizado a criar guarda municipal com o objetivo de

- a) suplementar eventual omissão do estado em matéria de segurança pública.
- b) colaborar com a Polícia Civil na função de polícia judiciária
- c) proteger bens, serviços e instalações do município
- d) auxiliar na preservação da ordem pública no âmbito de seu território

RESPOSTA: C